

1 Nota introdutória

A Empresa foi constituída em 26 de Junho de 1997, tem a sua sede na Rua São Gonçalo de Lagos, Pavilhão de Exposições em Torres Vedras e tem como actividade principal a Organização de Eventos e Gestão de Equipamentos.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) *Referencial contabilístico*

Em 2010 as demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS, anteriormente designadas por Normas Internacionais de Contabilidade) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adoptadas pela União Europeia (EU).

Apesar desta transição, a Empresa não registou quaisquer ajustamentos que tenham alterado os seus capitais próprios, relativamente ao ano de 2009.

b) *Pressuposto da continuidade*

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) *Regime do acréscimo*

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Outras contas a receber”, “Outras contas a pagar” e “Diferimentos”.

d) *Classificação dos activos e passivos não correntes*

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes.

Não existem activos realizáveis ou passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira, pelo que não existem activos ou passivos considerados como não correntes.

e) *Passivos contingentes*

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

f) *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) *Eventos subsequentes*

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) *Derrogação das disposições do SNC*

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

a) *Moeda funcional e de apresentação*

As demonstrações financeiras da Empresa são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transacções em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalentes à data da transacção.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transacções bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos activos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados nas rubricas “Juros e rendimentos similares

obtidos” e “Juros e gastos similares suportados”, se relacionados com empréstimos ou em “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”, para todos os outros saldos e transacções.

b) *Activos fixos tangíveis*

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

- Edifícios e outras construções	- 5 a 20 anos
- Equipamento básico	- 4 a 10 anos
- Equipamento de transporte	- 4 anos
- Equipamento administrativo	- 3 a 10 anos
- Outros activos fixos tangíveis	- 4 a 10 anos

As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os activos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”, consoante se trate de mais ou menos valias.

c) *Imposto sobre o rendimento*

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 12,5% sobre a matéria colectável até 12.500 euros, aplicando-se a taxa de 25% para a restante matéria colectável. Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa é de 1,5%, bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88.º do Código do IRC. No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000 inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os

prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2007 a 2010 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos, até 2009 inclusive, e quatro anos a partir de 2010, e susceptíveis de dedução aos lucros fiscais gerados nesse período. Em exercícios futuros, o total das deduções à matéria colectável é de 285.102,26 euros, resultado do reporte dos prejuízos fiscais ocorridos.

Não foram efectuados quaisquer movimentos contabilísticos relacionados com a contabilização dos Impostos Diferidos, nos termos definidos na Directriz Contabilística n.º 28 da Comissão de Normalização Contabilística, uma vez que não existem quaisquer diferenças temporais entre o reconhecimento de proveitos e custos para fins contabilísticos e para fins de tributação.

d) *Inventários*

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

e) *Clientes e outros valores a receber*

As contas de “Clientes” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas na demonstração de resultados na rubricas “Imparidades de dívidas a receber”, para que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

f) *Caixa, depósitos bancários e equivalentes de caixa*

Esta rubrica inclui Caixa, Depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “Passivo corrente”.

g) *Fornecedores e outras contas a pagar*

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

h) *Rédito e regime do acréscimo*

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e pelas prestações de serviços decorrentes da actividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas

estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transacção e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data das vendas ou das prestações dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efectiva durante o período até à maturidade.

i) *Subsídios*

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados com o desenvolvimento de eventos e gestão de equipamentos, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incursos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

Ao abrigo da Lei 53 F de 29 de Dezembro, foram recebidos 78 957.30 euros para cobertura dos prejuízos de 2009. Em relação ao resultado de 2010 foi já registado a cobertura de prejuízo no valor de 324 134 euros, valor este ainda não recebido pela Câmara Municipal.

4 Fluxos de caixa

Os componentes de caixa e seus equivalentes, no final do exercício de 2010 e no final do exercício transacto, eram, conforme relevado na Demonstração dos Fluxos de Caixa, os seguintes:

	31-Dez-10	31-Dez-09
Numerário	1.103,80	3.138,25
Depósitos bancários	5.985,89	-279,19
Instrumentos financeiros	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes	<u>7.089,69</u>	<u>2.859,06</u>

5 Partes relacionadas

A Empresa é detida em 100% pela empresa-mãe Câmara Municipal de Torres Vedras.

As informações relativas a saldos e transacções com as partes relacionadas estão inseridas nas notas que se seguem, quando existam, bem como na nota 27.

6 Activos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos Activos fixos tangíveis e respectivas depreciações, nos exercícios de 2010 e de 2009 foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2009

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação ajustamentos	Aquisições/Dotações	Abates	Tranferências	Saldo Final
Custo						0,00
Edifícios e outras construções	28.579,39		98.203,55			126.782,94
Equipamento básico	47.404,59					47.404,59
Equipamento de transporte	49.300,00					49.300,00
Equipamento administrativo	50.047,98		15.908,02			65.956,00
Outros activos Fixos Tangíveis	107.475,52		33.358,18			140.833,70
Investimentos em curso						0,00
Total	282.807,48	0,00	147.469,75	0,00	0,00	430.277,23
Depreciações Acumuladas						
Edifícios e outras construções	28.579,39		10.522,98			39.102,37
Equipamento básico	18.910,11		4.602,63			23.512,74
Equipamento de transporte	25.850,00		3.350,00			29.200,00
Equipamento administrativo	32.195,55		9.422,78			41.618,33
Outros activos Fixos Tangíveis	48.886,72		13.585,29			62.472,01
Investimentos em curso	0,00					0,00
Total	154.421,77	0,00	41.483,68	0,00	0,00	195.905,45

31 de Dezembro de 2010

Rubricas	Saldo Inicial a 1 janeiro 2010	Reavaliação ajustamentos	Aquisições/Dotações	Abates	Tranferências	Saldo Final
Custo						0,00
Edifícios e outras construções	126.782,94		14.439,22			141.222,16
Equipamento básico	47.404,59		14.096,00	0,00		61.500,59
Equipamento de transporte	49.300,00		0,00	0,00		49.300,00
Equipamento administrativo	65.956,00		929,60			66.885,60
Outros activos Fixos Tangíveis	140.833,70		0,00		3.993,25	136.840,45
Investimentos em curso						0,00
Total	430.277,23	0,00	29.464,82	0,00	3.993,25	455.748,80
Depreciações Acumuladas						
Edifícios e outras construções	39.102,37		10.561,66			49.664,03
Equipamento básico	23.512,74		6.169,21			29.681,95
Equipamento de transporte	29.200,00		3.350,00			32.550,00
Equipamento administrativo	41.618,33		469,89			42.088,22
Outros activos Fixos Tangíveis	62.472,01		10.456,49			72.928,50
Investimentos em curso	0,00					0,00
Total	195.905,45	0,00	31.007,25	0,00	0,00	226.912,70

7 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 a rubrica “Inventários” apresentava a seguinte composição:

	31-Dez-10	31-Dez-09
Mercadorias	4.401,77	4.581,66
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	0,00	0,00
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00
	4.401,77	4.581,66
Perdas por imparidade de inventários	0,00	0,00
	4.401,77	4.581,66

Esta rubrica inclui objectos de venda no evento Natal no gelo, como exemplo: pin's, globos neve, porta-chaves.

8 Clientes

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 a rubrica “Clientes” tinha a seguinte composição:

	31-Dez-10		31-Dez-09	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Cientes conta corrente	0,00	119.682,01	0,00	100.233,74
Cientes conta títulos a receber	0,00	0,00	0,00	0,00
Cientes factoring	0,00	0,00	0,00	0,00
Cientes de cobrança duvidosa	0,00	63.883,13	0,00	63.883,13
	0,00	183.565,14	0,00	164.116,87
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	-63.883,13	0,00	-63.883,13
	0,00	119.682,01	0,00	100.233,74

	31-Dez-10		31-Dez-09	
	Clientes Gerais	Grupo e Relacionadas	Clientes Gerais	Grupo e Relacionadas
Cientes conta corrente	114.417,13	5.264,88	77.661,24	22.572,50
Cientes conta títulos a receber	0,00	0,00	0,00	0,00
Cientes factoring	0,00	0,00	0,00	0,00
Cientes de cobrança duvidosa	63.883,13	0,00	0,00	0,00
	178.300,26	5.264,88	77.661,24	22.572,50

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, os movimentos ocorridos na rubrica Perdas por imparidade acumulados de clientes, foram os seguintes:

Perdas por Imparidade	2010	2009
Saldo em 1 de Janeiro	63.883,13	56.721,25
Aumento	0,00	7.161,88
Reversão	0,00	0,00
Regularizações	0,00	0,00
Saldo em 31 de Dezembro	63.883,13	63.883,13

9 Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no activo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31-Dez-10	31-Dez-09
Activo		
Imposto sobre o rendimento	12.518,26	10.887,88
Retenção de impostos sobre rendimentos	0,00	0,00
Imposto sobre o valor acrescentado	90.876,75	32.062,92
Outros impostos	0,00	0,00
Contribuições para a Segurança Social	0,00	0,00
Tributos das autarquias locais	0,00	0,00
Outras tributações	0,00	0,00
	103.395,01	42.950,80
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	0,00	393,55
Retenção de impostos sobre rendimentos	3.249,00	2.845,00
Imposto sobre o valor acrescentado	0,00	6.804,42
Outros impostos	0,00	0,00
Contribuições para a Segurança Social	9.761,74	0,00
Tributos das autarquias locais	0,00	0,00
Outras tributações	0,00	0,00
	13.010,74	10.042,97

10 Outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, a rubrica “Outras contas a receber” tinha a seguinte composição:

	31-Dez-10		31-Dez-09	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Devedores e Credores por Acréscimos	-	1.344,00	-	9.446,03
Pessoal	-	0,00	-	0,00
Outros	-	324.777,31	-	0,00
	-	326.121,31	-	9.446,03
Perdas por imparidade acumuladas	-	0,00	-	0,00
	-	326.121,31	-	9.446,03

11 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 os saldos da rubrica “Diferimentos” do activo e passivo foram como segue:

	31-Dez-10	31-Dez-09
Activo		
Seguros pagos antecipadamente	1.770,43	2.201,10
Rendas e alugueres pagas antecipadamente	0,00	0,00
Gastos plurienais a reconhecer	2.094,96	0,00
outros	0,00	0,00
...	0,00	0,00
Gastos diversos a reconhecer	0,00	0,00
	3.865,39	2.201,10
Passivo		
	-	-

12 Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-10	31-Dez-09
Caixa	1.103,80	3.138,25
Depósitos à Ordem	5.985,89	-279,19
depósitos a Prazo	0,00	0,00
	7.089,69	2.859,06

13 Capital realizado

Em 31 de Dezembro de 2010 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, no valor de 250.000,00 euros.

Participação no capital subscrito e realizado das pessoas colectivas que, em 31 de Dezembro de 2010, nele detêm pelo menos 20%:

- CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS 100,00%

14 Reserva legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

15 Resultados transitados

Por deliberação da Assembleia Geral que aprovou as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, foi decidido que o resultado líquido referente a esse exercício, no montante de 78957.30 euros, fosse integralmente transferido para a rubrica de Resultados transitados.

A rubrica de Resultados transitados inclui igualmente resultados de outros exercícios anteriores que lhe foram destinados, de acordo com as decisões da Assembleia Geral.

Foi registado nesta rubrica a cobertura de prejuízos feita pela empresa mãe em Dezembro de 2010 conforme o previsto no artigo 31º da Lei n.º 53-F/2006 de 29 de Dezembro.

16 Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 a rubrica “Outras contas a pagar” não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31-Dez-10		31-Dez-09	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Fornecedores investimento	-	0,00	-	0,00
Devedores e credores por acréscimos	-	50.531,55	-	93.117,32
Outros devedores e credores	-	7.687,18	-	0,00
Outras contas a pagar	-	0,00	-	0,00
	-	58.218,73	-	93.117,32

17 Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 a rubrica “Fornecedores” tinha a seguinte composição:

	31-Dez-10		31-Dez-09	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Fornecedores conta corrente	0,00	233.866,63	0,00	247.441,78
Fornecedores conta títulos a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
Facturas em recepção e conferência	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores em factoring	0,00	363.294,78	0,00	0,00
	0,00	597.161,41	0,00	247.441,78

	31-Dez-10		31-Dez-09	
	Fornecedores Gerais	Grupo e Relacionadas	Fornecedores Gerais	Grupo e Relacionadas
Fornecedores conta corrente	226.805,23	7.061,40	238.913,43	8.528,35
Fornecedores conta títulos a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
Facturas em recepção e conferência	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores em factoring	363.294,78	0,00	0,00	0,00
	590.100,01	7.061,40	238.913,43	8.528,35

18 Vendas e serviços prestados

A rubrica Vendas e prestações de serviços, nos períodos de 2010 e de 2009, foram como segue:

	31-Dez-10			31-Dez-09		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de mercadorias	136,79	0,00	136,79	1.656,86	0,00	1.656,86
Vendas de produtos acabados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vendas de desperdícios e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vendas de activos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prestações de serviços	832.834,63	0,00	832.834,63	889.663,74	0,00	889.663,74
	832.971,42	0,00	832.971,42	891.320,60	0,00	891.320,60

19 Subsídios à exploração

Nos períodos de 2010 e de 2009 a Empresa reconheceu rendimentos decorrentes dos seguintes subsídios:

	31-Dez-10	31-Dez-09
CP Estacionamento	169.000,00	138.000,00
CP Serviços	51.000,00	32.000,00
CP carnaval	200.000,00	200.000,00
CP Corso escolar	35.500,00	35.500,00
CP Novos Talentos	40.000,00	25.000,00
CP Carnaval de Verão	40.000,00	40.000,00
CP Vindimas	45.500,00	35.000,00
Cobertura de Prejuizos	324.134,00	
CP Restauro WC Pavilhão		93.600,00
	905.134,00	599.100,00

20 Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 é detalhado como segue:

	31-Dez-10			31-Dez-09		
	Mercadorias	Mat. primas, Subsidiárias e de Consumo	Total	Mercadorias	Mat. primas, Subsidiárias e de Consumo	Total
Saldo em 1 de Janeiro	4.581,66	0,00	4.581,66	3.446,66	0,00	3.446,66
Compras	0,00	0,00	0,00	1.715,38	0,00	1.715,38
Regularizações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custo do exercício	179,89	0,00	179,89	580,38	0,00	580,38
Saldo em 31 de Dezembro	4.401,77	0,00	4.401,77	4.581,66	0,00	4.581,66

21 Fornecimentos e serviços externos

A decomposição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, foi a seguinte:

	31-Dez-10	31-Dez-09
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	645.578,26	590.538,17
Materiais	366.800,23	17.728,65
Energia e fluídos	13.146,89	12.293,75
Deslocações, estadas e transportes	32.897,24	30.122,13
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	96.890,53	119.412,48
Comunicação	14.537,77	11.637,25
Seguros	4.639,62	3.757,44
Royalties	0,00	0,00
Contencioso e notariado	1.106,00	0,00
Despesas de Representação	1.068,38	3.935,45
Limpeza	53.117,27	27.961,48
Descontos e abatimentos	-17.871,39	
Outros serviços	0,00	307.390,11
	1.211.910,80	1.124.776,91

22 Gastos com pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 foi a seguinte:

	31-Dez-10	31-Dez-09
Remunerações dos órgãos sociais	4.296,00	5.400,00
Remunerações do pessoal	378.496,83	315.874,01
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre remunerações	76.809,79	62.087,57
Seguros	4.657,86	3.377,26
Gastos de acção social	0,00	0,00
Outros gastos com o pessoal	1.654,78	0,00
	465.915,26	386.738,84

O número médio de empregados da Empresa no exercício de 2010 foi de 22 e no exercício de 2009 de 20.

23 Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, foram como segue:

	31-Dez-10	31-Dez-09
Rendimentos suplementares	-	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias e associadas	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	-
Outros rendimentos e ganhos	12.633,23	8.106,70
	12.633,23	8.106,70

24 Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, foram como segue:

	31-Dez-10	31-Dez-09
Impostos	5.364,19	369,06
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias e associadas	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes ac financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas em invest. não financeiros	0,00	0,00
Outros gastos e perdas	16.432,59	16.049,69
	21.796,78	16.418,75

25 Gastos/Reversões de depreciação e de amortização

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

	31-Dez-10			31-Dez-09		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Propriedades de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Activos fixos tangíveis	42.229,03	0,00	42.229,03	41.483,68	7.161,88	48.645,56
Activos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	42.229,03	0,00	42.229,03	41.483,68	7.161,88	48.645,56

26 Resultados de operações de financiamento

Os Juros e rendimentos similares obtidos e os Juros e gastos similares suportados, decorrentes de operações de financiamento, decompunham-se do seguinte modo nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009:

	31-Dez-10	31-Dez-09
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros de financiamentos concedidos	0,00	0,00
Diferenças de câmbio	0,00	0,00
Juros de outros financiamentos concedidos	0,00	250,75
	0,00	250,75
Juros e gastos similares suportados		
Juros de financiamentos obtidos	7.787,14	181,36
Diferenças de câmbio	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
	7.787,14	181,36
Resultados das operações de financiamento	7.787,14	69,39

27 Partes relacionadas

As transacções e saldos entre a Empresa e empresas relacionadas, em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, são apresentados no quadro que segue:

Transacções	31-Dez-10	31-Dez-09
Vendas	0,00	0,00
Prestações de serviços	65.327,05	37.796,25
Compras de mercadorias	0,00	0,00
Compras de matérias primas	0,00	0,00
Serviços adquiridos	6.708,00	9.181,39

Saldos	31-Dez-10	31-Dez-09
Contas a receber	331.195,40	9.181,39
Contas a pagar	5.264,88	22.572,50
Empréstimos concedidos	0,00	0,00
Empréstimos obtidos	0,00	0,00

Os termos ou condições praticados entre a Empresa e partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

28 Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2010.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais.

29 Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 209.º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados, não existindo qualquer acordo de pagamento prestacional.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2010, a Empresa não efectuou transacções com acções próprias, sendo nulo o número de acções próprias detidas em 31 de Dezembro de 2010.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e), do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais.

O Técnico Oficial de Contas:

O Conselho de Administração